



MARTA MARIA MOURA DE MELO

ÉTICA E JORNALISMO: JORNAL DO TOCANTINS

**GURUPI-TO
JUNHO DE 2009**

MARTA MARIA MOURA DE MELO

ÉTICA E JORNALISMO: JORNAL DO TOCANTINS

Monografia apresentada ao Centro Universitário UnirG como parte de requisitos para obtenção do grau de Bacharela em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Marilda Aguiar do Amaral.

GURUPI – TO
JUNHO DE 2009



MARTA MARIA MOURA DE MELO

ÉTICA E JORNALISMO: JORNAL DO TOCANTINS

Esta Monografia foi aprovada em _____ de _____ de 2009 como partes das exigências para obtenção do Grau de Bacharela em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Marilda Aguiar do Amaral

Prof. José Carlos de Freitas

Prof. Paulo Roberto Albuquerque de Lima

Gurupi – TO: _____ de _____ de _____.

DEDICATÓRIA

Ao meu filho, **João Pedro**. Por ele estou viva e de pé para transmitir-lhe o que me foi ensinado: aprender a viver num mundo, onde conceitos de valores são vistos de maneira abstrata. Aos meus pais, **Pedro e Tereza**, por terem me ensinado a caminhar na estrada estreita, e acreditar que, apesar da forma como os valores são distorcidos, vistos apenas no domínio das ideias e sem nenhuma base material, ainda existem pessoas bem intencionadas. A minha irmã **Vera**, toda minha gratidão, por ter assumido meu filho como mãe e avó, o que possibilitou a não desistir do meu sonho, **“ser Jornalista”**.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é tão bom. Melhor que ser agradecida.

A **Deus** por ser de maneira grandiosa dentro de mim e ter me levado à **vitória!**

Por esses quatro anos de maratona junto aos **colegas**, a quem hoje, chamo de **companheiros**. Não só pelas experiências compartilhadas, mas também pelos momentos prazerosos e muitos sorrisos divididos.

Por esse espaço de tempo, mas que agora se tornou curto e saudoso, tive a oportunidade de conhecer duas pessoas: **Ana Daisy Zagallo** e **Sônia Pinheiro**. As mulheres mais inteligentes dentre as quais convivi.

A orientadora, Prof^a. **Marilda Amaral** pelo estímulo, relação de amizade e socorro às atividades e às muitas conversas sobre como estavam sendo feita esta Monografia.

“Por isso, peço aos meus colegas jornalistas que hoje se formam licença para alguns lembretes. Não se deixem deslumbrar pelas técnicas e pelas novas tecnologias. Elas de nada valem, se não forem utilizadas com profundo sentido ético e com a visão clara de que a imensa maioria da sociedade, em todos os países, ainda luta para libertar-se da exploração, da opressão, da desigualdade e da injustiça”.

Perseu Abramo

RESUMO

A proposta deste trabalho foi estudar por meio de uma pesquisa bibliográfica embasada em autores, que falam do mundo ético sobre vários aspectos, no sentido de entender se as colunas editoriais do Jornal do Tocantins, que tratam de política, opinam, ou não, de maneira ética. Uma vez que ela está intrinsecamente ligada à formação do caráter, principalmente do profissional de comunicação. Sabe-se que a informação jornalística passada à sociedade, necessita de objetividade e imparcialidade, mas, acima de tudo, ética. Observando que, seja qual for a função de um profissional, a ética cria um laço ininterrupto de ideias relacionadas ao compromisso dele, com a sociedade. Partindo dessa premissa, a pesquisa pretende delinear, antes de tudo ou qualquer coisa, traços daquilo que é certo, os modos de maneira plural e seus conceitos de valores que alicerçam o mundo de quem se diz formador de opinião. Mesmo notando os questionamentos entorno do que se diz ser ético.

Palavras-chave: Ética. Jornalismo. Verdade.

ABSTRACT

The purpose of this study was through a literature search based on authors, who speak the world on various ethical issues, to understand that the editorial columns of the Journal of Tocantins, dealing with politics, believe or not, so ethics. Since it is intrinsically linked to the formation of character, especially in professional communication. It is known that the information passed to the newspaper company, requires objectivity and impartiality, but, above all, ethics. Nothing that, whatever the role of a professional, ethics creates a continuous loop of ideas related to his commitment whit the society. Starting from this premise, the research seeks to delineate, before all or anything, traces of what is right, the modes of a plural and its concepts of values that underpin the world who says opinion formers. Nothing that the questions surrounding what it says is unethical.

Key-words: Ethics. Journalism. Truth

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 ÉTICA.....	12
2.1 Ética e moral.....	13
2.2 Ética no mundo.....	16
3 ÉTICA E JORNALISMO.....	21
3.1 Ética no jornalismo brasileiro.....	28
3.2 O limite ético na informação.....	32
3.3 Atitude ou ação.....	33
4 ÉTICA NO JORNAL DO TOCANTINS.....	36
4.1 Ética nos editoriais do Jornal do Tocantins.....	36
4.1.1 MATÉRIAS.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
ANEXOS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia propõe fazer um estudo de pesquisa das questões éticas envolvendo a comunicação, principalmente a opinativa. Para que este assunto seja tratado, será utilizado como ferramenta referencial o jornal do Tocantins. Durante o mês de fevereiro de 2009 serão analisados os editoriais que falam de política, e, anexo, seguirão cinco exemplares devidamente selecionados, como amostragem.

Quando se fala em ética normalmente se pensa: qual o verdadeiro significado dessa palavra? É notável para muitos que desde a criação do mundo, a verdade é uma qualidade que nem sempre é proferida por todos. E, em torno da palavra verdade, talvez tenha surgido outra palavra, cujo entendimento sugere ser 'ética'.

Estudos evidenciam que desde a Grécia antiga até o novo mundo globalizado no qual o homem interage, o termo ética, um assunto considerado complexo, percorreu o planeta de forma contundente, porém, hoje se acredita ouvir falar e indagar bem mais sobre o assunto, o que pressupõe conhecimento e ousadia, considerando que esta interpretação, pode envolver a ética do próprio julgador.

E diante do tamanho da complexidade e do vazio, em torno de tantas perguntas sem respostas concretas, a respeito do comportamento humano, após séculos de estudos e de várias afirmações, também pode haver vários questionamentos. Por isso, estudiosos lançam constantemente livros, quase todos, na maioria das vezes, afirmando que a ética é uma questão extremamente cultural. Partindo deste contexto seria então correto afirmar que o homem e a ética são produtos do meio, porque uma crença popular preconiza que o homem nasce bom.

De maneira científica ou filosófica, acredita-se que a ética é um estudo ou um pensamento, mas, empiricamente esta crença sobre ela pode ser tudo aquilo que se adquire no decorrer da vida e que, dependendo dos costumes considera-se correto; talvez seja a maneira de como os indivíduos foram educados; correta ou não, são os valores morais que lhes foram repassados.

Partindo destas bases que ética é a ciência da moral e dos bons costumes, acredita-se que certas atitudes dão formas a comportamentos, quando se entende que o conceito inicial sobre ética no convívio familiar, pode não satisfazer a idéia de que um fato ou conhecimento próprio possa ser suficiente.

Nota-se que a ética não se restringe somente à pessoas; há também uma extensão considerada muito maior, as profissões, mais precisamente ao jornalismo, que se desenvolve de maneira diversificada. E, por ele ser de várias formas, como por exemplo, opinativo, investigativo, econômico, exerce o poder do fascínio, da paixão, e corre o risco de levar o profissional, principalmente o iniciante a pensar que pode todas as coisas, inclusive, moldar a vida e o modo de pensar do homem.

Observa-se que a ética não se resume somente às ações jornalísticas, mas a um leque de ações variadas que, na maioria das vezes se desconhece até mesmo pelo fato de a ética em algumas culturas ser tratada como obrigação e, neste contexto ela pode ser esquecida.

Assim sendo, a pesquisa busca refletir dentro de um embasamento ético e moral o que jornalistas de editorias do Jornal do Tocantins, falam sobre políticas, entendendo ser este um dos principais assuntos que norteiam a consciência social num todo. Para tanto, a segunda parte deste trabalho irá discorrer sobre a ética como conceito, e sua pretensa exposição pelo mundo. Enquanto a terceira parte tratará de ética e jornalismo, inclusive o brasileiro. E, no quarto tópico, será abordado o desfecho da análise das editorias políticas do Jornal do Tocantins.

O trabalho usará como referencial teórico alguns autores como Rogério Christofolletti, Eugênio Bucci e Álvaro Valls, entre outros. A monografia tem valor significativo por se tratar da ética, argumento essencial à formação do homem..

2 ÉTICA

Ética vem do grego *ethos*, que significa hábito e, de acordo com o Mini Dicionário Aurélio (1989, p. 221), “é o estudo dos juízos, avaliação, no que diz respeito à conduta humana; modo de ser, caráter, costumes, o que é bom para o indivíduo e para a sociedade”.

De maneira ampla, diz-se que a ética estuda o bem e suas formas para tornar melhor e mais fácil a vida dos seres humanos, tornando-os mais dignos para que possam se realizar, inclusive, como pessoas. “Ética é a ciência ou a reflexão sobre costumes, os valores morais e seus fundamentos”. (MAYRA, 2002, p. 17).

Embora *ta ethé* e *mores* signifiquem o mesmo, ou seja, costumes e modos de agir de uma sociedade, entretanto, no singular, *ethos* é o caráter ou temperamento individual que deve ser educado para os valores da sociedade, e *ética* é aquela parte da filosofia que se dedica à análise dos próprios valores e das condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades. Sob essa perspectiva geral, a ética procura definir, antes de mais nada, a figura do agente ético e de suas ações e o conjunto de noções (ou valores) que balizam o campo de uma ação que se considere ética. (CHAUI, 1999, apud MAYRA, 2002, p. 16-17).

Presume-se ética como dever ou ofício, assim tais ações se afiguram pela vontade de realizá-las, mas, talvez pelo fato de algumas vezes fazer-se algo distraidamente, esses atos podem acontecer independente da vontade, e, com várias distorções sobre o que a ética representa ou significa, deste modo ela pode ser considerada, também, uma convenção por se tratar da construção da moralidade ou de um simples ato moral.

2.1 Ética e moral

Ética e moral sugerem ser palavras sinônimas, então pode-se dizer que, pelos significados esses sinônimos são iguais. Entretanto, de acordo com Mayra, (2002), observando-os, um se contrapõe ao outro, já que, no seu sentido comum o adjetivo ético aplica-se somente ao modo de se portar. Ou seja, enquanto um aplica-se ao modo verdadeiro de ser, o outro se aplica em tornar existentes idéias e atitudes especificamente filosóficas. Em outras palavras, a ética analisa a forma como os humanos se comportam.

Segundo (MAYRA 2002, p. 17), “tanto ética e moral têm sua origem, uma no grego outra no latim, em palavras que partilham a mesma significação e remetem, sobretudo, à noção de *costume*”. Ainda conforme a autora, “a moral caminhou em direção mais específica ao ser vinculada ao conjunto de valores que norteia uma sociedade ou determinado segmento social”.

Ao analisar, desde a infância, sua vida moral e suas ações, o homem percebeu que existe um dever e que, inserido neste dever há também as consequências, isto é, as responsabilidades. Langaro (1996), considera que a existência do dever é bem clara. Quando o homem analisa a si próprio o dever que fala mais alto e o observa é a sua consciência e, através dessa consciência, se percebe se a realidade que se vive é boa ou má. E, com isso descobrem-se as consequências que essa realidade pode causar.

Na prática, na vida de cada um existe uma diferença de grau de consciência moral, em virtude da maior sensibilidade desta ou daquela pessoa, ou de sua educação mais aprimorada. Mas a existência da consciência é realidade universal e indiscutível. (LANGARO, 1996, p. 18).

Ainda de acordo com Langaro (1996), essa consciência que a todo instante expõe o ser humano a determinadas circunstâncias, provém de valores legítimos que, de algum modo, é aplicada à vida do homem. Ele afirma que,

A mola propulsora e o nervo motor das ações e das aferições da conduta humana é antes de tudo, uma faculdade da alma. É a ciência de nós, conhece nossas ações, sabe se estamos, ou não, fazendo o que se deve ou fazendo o que não se deve fazer. É uma faculdade "constituente" de nossa conduta; ela é que legisla, é legisladora e, ao mesmo tempo, juiz e julgadora, não só de nossos atos, como dos atos alheios. (LANGARO, 1996, p. 26).

É possível entender, portanto, que a ética possa ser considerada a ciência da moral e do julgamento de valores. Então, pode-se dizer que essa ciência, aplicada de maneira incorreta, transforma-se em violação dos valores universais do ser humano. O autor diz que,

Nós não somos os legisladores dessa lei, dessa obrigação, desse dever moral, porque somos conduzidos e orientados por ela. Essa tendência é um eco, é uma ressonância dentro de nossa consciência da própria criação divina. (LANGARO, 1996, p. 20).

Acredita-se que a maior dádiva do ser humano seja o direito de ser livre. Por consequência da sua moral, vem o dever e, por causa de determinados grupos sociais, essa liberdade se restringe; porque esses grupos, apoiados em regras, regulam a ação do homem, para que qualquer coisa seja obrigatória e indispensável, como ela é. Assim Branco comunga a mesma ideia de Langaro.

O homem não se encontra só no mundo e necessita de respeitar a liberdade dos demais para que seja respeitada a sua liberdade. A obrigação moral ou ética é a necessidade própria do ser livre e social. A deontologia abarca, numa parte, a profissão com todas as suas conseqüências morais, conduta e conseqüências humanas, matéria essencial à Ética (BRANCO, acesso em: 19 nov. 2008).

Langaro (1996), ressalta que, a força da liberdade que torna o homem capaz de atuar e de produzir certos efeitos, tem a mesma origem e é regida pela mesma lei. Essa força, seja ela moral ou física, tem a capacidade de discernir o que é bom e o que é mau; e a origem dessa força é procedente da sociedade, pois, ao fazer parte de um grupo, a produção desses efeitos, sejam eles, positivos ou negativos são provenientes de envolvimento que transformam o homem, culposamente, em inocentes ou delinquentes.

Culpados pelo fato de serem livres e saberem as consequências desses atos, aduz Langaro (1996), sejam eles, bons ou maus; inocentes porque, de certa forma, o homem ainda é manipulado pelo meio ou grupo social em que vive; delinquentes porque, o meio social em que vivem, é negligente e involuntário.

Compreende-se que as consequências dessas responsabilidades refletem nos deveres que cada cidadão cumpre, pois essas mesmas responsabilidades quase sempre são cobradas, instantaneamente, pela consciência. Sendo assim, podendo exercer livremente a sua vontade, o agente torna a sua responsabilidade, um ato especial. “Quem não é livre não é responsável, não pode responder pelos atos praticados. Assim, a liberdade é a razão de ser da responsabilidade”, (LANGARO, 1996, p. 20).

Na mesma linha de pensamento de Langaro, Alexandre Luna Freire preconiza que, logo de imediato, sabe-se quando um ato ou obrigação praticados estão certos ou errados, pois, a consciência sendo livre, logo deixa em evidência, mas que, a capacidade de entendimento da pessoa que pratica esses atos, mesmo imaginando o que foi feito, não é bastante para reconhecer e entender a essência ou a natureza dessas ações praticadas.

Sabemos, intuitivamente, quando não é ético. Só não temos habilidade suficiente para descrever a substância, mesmo quando a apreensão é suficiente. Com certeza, a micro ou a macrofísica de seus elementos invade espaços e consciências estejam as ações ou relações sob observação jurídica. (FREIRE, 2009, p. 20).

Já para Álvaro Valls (1994), é evidente que de uma forma ou de outra, a ética é um trabalho que serve para descrever, tentar distinguir, baseando-se em

pesquisas antropológico-culturais, os modos dos diversos espaços de tempo com relação aos fatos de certa natureza que nele sucedem ou sucederam.

O autor diz ainda que a ética não mostra apenas os hábitos, mostra, igualmente, várias outras teorias que não são idênticas em sua totalidade e nem na educação comum à essa totalidade e afirma que “a ética tem sido também uma reflexão teórica, com uma validade mais universal”. (VALLS, 1994, p. 12).

Ainda, de acordo com o autor há que se observar outro assunto exclusivamente ético e de extrema importância. As práticas habituais se transformam, e o que no passado se calculava como proibido, com o passar dos tempos, hoje, no mundo atual, configura-se normal.

Mas há uma outra questão, especificamente ética, que parece ser absolutamente fundamental. Os costumes mudam e o que ontem era considerado errado hoje pode ser aceito [...]. A ética não seria então uma simples listagem das convenções sociais provisórias? (VALLS, 1994, p. 10).

Talvez, antecipadamente, a ética mostra, com os olhos da consciência, o que pode ser certo ou errado, bom ou mau, ou o que ainda não foi feito. Porém, acredita-se que as normas da ética não sejam por si só suficientes por julgar não haver conhecimento de culpas, regras ou comportamentos parecidos. Mas a essência da ética pode ultrapassar o tempo e se estabelecer em qualquer dimensão ou distância.

2.2 Ética no mundo

As pesquisas indicam que não é possível tratar de ética sem entendê-la, saber que ela se faz necessária à sobrevivência dos padrões de comportamentos morais. Álvaro Valls (1994), acredita que o mundo sempre esteve envolvido com as questões éticas, motivando problemas de concepção entre o bem e o mau na forma de sua aplicação na íntegra, uma vez que a teoria sugere ser tão diferente da prática na vida real. Porém, dentro do quadro ético, não se pode levar apenas por esse

lado, pois, há que se fazer uma análise entre o certo e o errado. Para entender o comportamento humano, o autor enfatiza:

A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar quando alguém pergunta. Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. (VALLS, 1994, p. 7).

Ainda no livro de Valls (1994), na sua contra capa, talvez se entenda o que tanto é indagado no mundo sobre ética. E que não há nação ou simplesmente um lugarejo que não tenham conhecimento do que é lícito ou ilícito, verdadeiro ou mentiroso. Num pequeno resumo o autor diz:

Não existe povo ou lugar que não tenha noções de bem e mal, de certo e errado. Da Grécia Antiga aos nossos dias, a ética é um conceito que sempre esteve presente em todas as sociedades. Mas apesar disso, as dúvidas são muitas. Seria a ética apenas um princípio supremo que atravessa toda a história da humanidade? E numa sociedade capitalista, qual seria a relação entre ética e lucro? (1994).

É evidente que de qualquer forma, a ética tem em menor grau de intensidade, mas, do mesmo modo, um exercício peculiar que serve para se auto descrever. E, dessa forma Valls (1994, p.12), diz que a ética “precisa procurar conhecer, apoiando-se em estudos de antropologia cultural e semelhantes, os costumes das diferentes épocas e dos diferentes lugares”.

E o autor não para por aí por entender que a ética é algo realmente complexo, tanto no campo cultural em que se trabalham os costumes, quanto nos grandes entendimentos sobre o comportamento humano em si; ela não mostra simplesmente as práticas habituais ou os modos de proceder. “A ética apresenta também algumas grandes teorias, que não se identificam totalmente com as formas de sabedoria que geralmente concentram os ideais de cada grupo humano”. (VALLS, 1994, p. 10-12).

Quanto às práticas habituais, para se seguir do verdadeiro, do que existe de fato e não do imaginário conveniente, é indispensável que se descubra, desde cedo, que pode existir importantes limitações. Por isso é que Álvaro Valls diz:

A humanidade só reteve por escrito depoimentos sobre as normas de comportamentos (e teorias) dos últimos milênios, embora os homens já existam há muito mais tempo. Como se comportavam eticamente os homens das cavernas, há mais de trinta mil anos? Como era a sua ética sexual, que tipos de normas políticas vigoravam na pré-história? É extremamente difícil dizê-lo. (VALLS, 1994, p. 12).

Quando se trata de especulações sobre a ética da humanidade, o autor afirma que existem documentos valiosos desde os gregos antigos, há mais ou menos uns dois mil e quinhentos anos.

Mas é importante então lembrar que as grandes teorias éticas gregas também traziam a marca do tipo de organização social daquela sociedade [...]. Tais enraizamentos sociais não desvalorizam as reflexões mais aprofundadas, mas sem dúvida ajudam a compreender a distância entre as doutrinas éticas escritas pelos filósofos, de um lado, e os costumes reais do povo e das diferentes classes, por outro lado, tanto no Egito quanto na Grécia, na Índia, em Roma ou na Judéia. (VALLS, 1994, p. 12-13).

Em alguns acontecimentos, diz ainda o autor, que o homem só se aproximará da ética atual de outros grupos sociais, se transportados por meio de provas não registradas e que também não sejam tão racionais.

Em certos casos, só chegaremos a descobrir qual a ética vigente numa ou outra sociedade através de documentos não escritos ou mesmo não-filosóficos (pinturas, esculturas, tragédias e comédias, formulações jurídicas, como as do direito romano, e políticas, como as leis de Esparta ou Atenas, livros de medicina, relatórios históricos de expedições guerreiras e

até os livros penitenciais dos bispos medievais). (VALLS, 1994, p. 13).

Depois de algumas comparações Valls (1994), faz uma interrogação diante às variedades habituais antigas, investigando, por exemplo, o que os gregos tinham em mente em relação à pederastia¹. O autor ficou surpreso na presença da pluralidade das culturas, como o comportamento dos romanos que repudiavam uma criança recém-nascida; a analogia entre o direito de domínio e a ambição do povo judaico pela esposa do seu vizinho; o matrimônio com uma pessoa, cujo sangue era o mesmo, ou o mancebo entre os chamados sacerdotes; a agressão sexual contra uma serviçal do palácio real feita pelo seu senhor, que, em conceito de valores, para o autor, são comportamentos com o mesmo grau de extrema antieticidade.

O autor Christofolletti (2008), conta que desde que os homens iniciaram sua caminhada pelo piso terrestre, foram criadas regras para que eles pudessem viver em consenso e, por meio desse acordo, eles, os homens, seriam orientados para a estabilidade do grupo. E eram orientados para o que era certo e o que deixava de ser correto, e, a esses preceitos, o homem deu o título de “valores morais”, porque, por mais que haja distância entre o tempo e o espaço, os humanos não rejeitam a ética nem os preceitos que a auxiliam.

Às vezes, essas escolhas nem são grandes violências morais internas – até acreditamos naqueles valores -, mas elas não seriam nossas primeiras opções. Suspendemos nosso juízo pessoal e decidimos por saídas orientadas pelos valores do coletivo. Atuam decisivamente aqui as injunções sociais, as pressões dos agrupamentos humanos e os pensamentos coletivos. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 17)

Segue-se ainda, o pensamento de Christofolletti (2008), quando ele discorre que essas escolhas na maioria das vezes, não são corretas, porque, em várias ocasiões, para não magoar ou invadir a individualidade de pessoas que rodeiam

¹ O termo pederastia, do grego antigo *paederastía*, designa a atração sexual primária entre homens adultos e adolescentes e pré-púberes. Por extensão de sentido, o termo é modernamente utilizado para designar a prática sexual entre um homem e um rapaz mais jovem ou, mais precisamente, qualquer relação homossexual masculina mantida entre menores e adultos do mesmo sexo.

umas as outras, são tomadas decisões que não condizem com as demais opiniões. Somente para agradar interesses que, na verdade, não são da própria pessoa. O autor diz ainda que, quase sempre, essas decisões não têm a intenção de violar princípios íntimos, mas chega-se a pensar na veracidade desses valores, mesmo não sendo o que precede preferências.

Estas análises em torno da ética pelo mundo, provavelmente se encaixe nos moldes dos entendimentos éticos vividos no Brasil. Para tanto, o próximo tópico deste trabalho tratará da ética dentro do jornalismo.

3 ÉTICA NO JORNALISMO

De acordo com Holanda (1989, p. 300) jornalismo é um substantivo masculino que designa uma profissão, conjunto de jornalistas ou a imprensa periódica.

Seja ela escrita (impresa ou on-line), falada (radiofônica), ou visual (no caso dos telejornais) a prática do jornalismo, independente dos meios de divulgação, é a busca incessante da verdade e da realidade dos fatos.

Para Rossi (2005), jornalismo, independente de qualquer definição, é um fascínio, um namoro. Mas, talvez esse namoro tenha seus contratempos e, na maioria das vezes, há também as decepções, ou seja, a informação maquiada.

Jornalismo independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens (ROSSI, 2005, p.7).

Segundo Eugênio Bucci, (2000) o argumento ético no espaço jornalístico contrapõe-se por ter duplo sentido. E, dependendo da escolha, tanto do contraditor como do adversário, um dos dois sairá, vencido ou convencido.

O dilema ético típico dentro do campo jornalístico é aquele que opõe um valor justo e bom a outro que, de início, apresenta-se como igualmente justo e bom. Por isso é tão difícil e por isso merece tanta reflexão. É nessa medida que a teoria clássica sobre ética tem sido invocada para fornecer parâmetros ao jornalista (BUCCI, 2000, p. 21).

Ainda diz Bucci (2000), que o jornalismo funda seus princípios na ética do homem simples e, por essa condição, não se deve dizer que os conceitos formados por ele, o jornalismo, sejam um raciocínio vulgar.

Pressupõe-se então, que o jornalismo não seja obrigado a copiar conceitos formados ou antecipados característicos de raciocínios públicos. Não parece ser isto necessariamente que Bucci (2000), discute e sim a notoriedade pertencente à imprensa no tocante a obrigação de construir, explicar e mostrar para a grande massa a acessibilidade, não somente às notícias, mas também a outras formas de instruções.

De acordo com Eugênio (2000), o jornalismo só tem significado se for exercido pelo povo, no cumprimento dos direitos humanos, na união de pessoas ligadas por ideias ou por algum interesse comum, que desenvolva a multiplicidade e as variadas formas de pensamentos. Bucci (2000), deixa claro que na sustentação desses assuntos, o jornalista nunca é livre, indiferente e moderado, mas sempre um combatente, pronto para o combate, pois o jornalista é partidário por natureza.

Dizer que o jornalismo planta suas raízes na ética do homem comum, portanto, não significa torná-lo submisso aos preconceitos que caracterizam o senso comum. Significa apenas excluir a possibilidade de que ele, jornalismo, possa buscar sua ética no campo alheio ao do debate democrático. Ele se constrói no diálogo crítico da cidadania – e não fora dela. Como a própria democracia, a ética e a técnica do jornalismo estão na dimensão do homem comum. É também nesse sentido que a ética e a técnica do jornalismo não se separam. (BUCCI, 2000, p. 49).

Assim, Bucci (2000), dá forma ao seu raciocínio sobre ética e jornalismo, e afirma que, ética e técnica devem caminhar juntas e sempre do mesmo lado, ou seja, a conduta das duas é de mão única.

Mas para que o debate sobre ética no meio jornalístico tenha resultados positivos, acredita fazer-se necessário uma análise das relações entre as pessoas, seja individual ou em grupo, tratando o assunto com o mesmo peso e a mesma medida, estabelecendo uma convivência agradável entre todos e a informação. (BUCCI 2000). Mas para que essa proposta se torne realidade,

A isso precisam se subordinar não apenas os jornalistas, mas também os seus patrões e as corporações em que funcionam os veículos de comunicação. Essa discussão só tem um interessado: o cidadão. Ninguém mais. É para ele que a imprensa deve existir – e só para ele. Às vezes parece que todos nós esquecemos disso. (BUCCI, 2000, p. 32-33).

Para Rogério Christofolletti, (2008), no jornalismo, a ética supera qualquer etiqueta ou objeto secundários que, quando juntos, se tornam indispensáveis a outrem. E que, num conjunto de redatores, isto é, no local de trabalho jornalístico, o modo de levar a informação se revela de forma ética. Se for excessivo ou não, o que se possui nos meios de comunicação é uma faculdade intelectual do gênero humano, que se espalha e se expande numa ligação afetiva entre pessoas.

No exercício cotidiano da cobertura dos fatos que interessam à sociedade, a conduta ética se mistura com a própria qualidade técnica de produção do trabalho. Repórteres, redatores e editores precisam dominar equipamentos e linguagens, mas não devem se deslocar de seus comprometimentos e valores. Podem tentar suspender suas opiniões em certos momentos, mas, se por acaso esquecerem suas funções e suas relações com o público, vão colocar tudo a perder. (CHRISTOFOLLETTI, 2008, p. 11).

Para Christofolletti (2008), a ética é algo que só existe no intervalo entre dois extremos. E o mesmo ainda faz uma comparação entre dois verbos – mentir e poupar que, mesmo com significados distintos, se vistos pela mesma ótica tem o mesmo sentido. E isso não desperta o interesse somente de quem vive de notícias, desperta o interesse, principalmente do coletivo, isto é, de grupos de pessoas, governantes, estruturas organizadas, enfim, todos esses grupos são tocados de alguma forma pela comunicação.

A ética é algo que só existe nesse entremeio, na distância entre as pessoas. É uma exclusividade humana, mas isso não é nem rima nem solução. Quer ver? Mentir a um

paciente pode não ser um problema para um médico, mas uma forma de poupá-lo no estágio terminal. Para um jornalista, abandonar o compromisso com a verdade não é um deslize, é uma falha ética e grave. O jornalismo – a exemplo de outras profissões – tem suas particularidades, e não só é necessário conhecê-las como também refletir sobre elas, atualizando-as diariamente. Como se faz nas páginas dos jornais com as notícias. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 11).

Christofoletti continua fazendo comparações como, entre arte e notícias. “Consumimos notícias com cores fortes e tons pastéis, com traços rápidos e contornos suaves”. (2008, p. 12). O autor lembra-se de Guernica de Picasso e diz que, o grande pintor mesmo não sendo um jornalista, por meio da sua arte, mostrou para o mundo uma das maiores mazelas da sociedade: a guerra. “É claro que Picasso não fez jornalismo com Guernica. Fez arte. Mas também fez denúncia social”. (2008, p. 12).

(ROGÉRIO, 2008, p.12), deixa claro que “jornalismo não é arte, mas sim trabalho duro, responsável e imprescindível para o desenvolvimento das sociedades”, e segue afirmando que, apesar de ter mostrado tanto sofrimento, digamos assim, em cores não muito atrativas aos olhos do mundo, o grande pintor mostrou a realidade do fato, justamente como aconteceu.

O autor acima citado faz uma analogia entre uma palheta de cores, o fato e seu relato. “No jornalismo, a ética ajuda a lembrar o profissional de que há mais matizes entre o fato e o relato”. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 12). Picasso sabia que, em sua palheta existiam várias cores que poderiam ser exploradas, mas, mesmo assim, ele usou apenas as cores, preta e branca, ou seja, pintou só o que realmente viu. Não acrescentou nem diminuiu. Remete que os fatos jornalísticos poderiam seguir as cores de Guernica.

Christofoletti (2008), diz que é hábito de profissionais acharem que cada um pode ter sua ética, e faz um desafio entre o editor publicar ou não a foto de um suposto acusado de um crime na capa do jornal. Qual a ética que o editor usaria? A ética adquirida no seio familiar ou a ética absorvida no decorrer da sua formação?

De fato a afirmação é verdadeira. Mas pela metade. Isso porque a ética não é uma dimensão que toca apenas o lado individual das pessoas. Com base nesses princípios, viria a decisão de estampar o rosto do suposto autor do crime na maior vitrine do jornal. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 16).

Ainda de acordo com Christofolletti (2008), a ética é uma lista de idéias e conceitos pautados, entre a própria pessoa e seus semelhantes; é a idéia sobre as normas e envolvimento com o mundo; se essas normas serão obedecidas ou não, torna-se uma questão de consciência. Ou seja, nesse sentido, a ética funciona somente como vantagem ou privilégios inerentes a certas dignidades. “A ética é uma prerrogativa dos seres que vivem em conjunto, funcionando nas relações simbólicas e materiais”. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 16).

E Christofolletti (2008), também em sua exposição sobre ser ou não ser ético fala sobre o caso da Escola Base², em São Paulo, como o mais conhecido fato de “erro e falta de ética” por parte da imprensa brasileira. Porque repórteres resolveram acreditar em um delegado que, no afã de ser reconhecido, alardeou os fatos apurados como se fossem verídicos. Ou melhor, os repórteres acreditaram na abstração como concretização dos fatos narrados por ele – o delegado. Não levaram em consideração que a ética, assim como a moeda, tem duas faces e, esqueceram que,

Jornalismo é uma atividade social, que revela dados da realidade e interliga fatos desconexos para uma maior compreensão humana. É uma prática que orienta, instrui e denuncia desmandos e desvios. É uma profissão que lida com pessoas, interesses, honra e reputações. É um campo que dissemina afirmações, reforça preconceitos, forma opiniões e

² Escola de Educação Infantil Base: São Paulo. Em 28/03/94 a mídia iniciou uma série de erros e mentiras, na falta de conduta ética e jornalística, quando as fontes não foram averiguadas adequadamente resultando no esfacelamento da reputação de uma família. Icushiro Shimada e sua esposa Aparecida Shimada e o casal de sócios Paula e Maurício Alvarenga. DOMENICE, Thiago. Onze anos da Escola Base, passo a passo, como a mídia destruiu duas famílias. 2005. Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com/novas/educacao300705.htm>>. Acesso em: 05 de Fev. 2009.

organiza (ou tenta organizar) o cotidiano das pessoas. Por isso, a responsabilidade cresce no exercício dessa profissão, já que há muita coisa em jogo. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 18).

E, no caso Escola Base, o que estava em jogo eram a integridade física e, inclusive, a integridade moral dos diretores e funcionários. Mas, as denúncias infundadas de um delegado fizeram com que essas pessoas perdessem todo crédito e, especialmente, sua força moral perante a sociedade paulistana. “Sim, era uma grande notícia – uma escolinha onde se praticavam atos libidinosos com crianças! -, mas a denuncia era vazia”. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 19). Presume-se que, mesmo sendo um furo de reportagem, não foram cumpridas as regras da imparcialidade jornalística no momento da denúncia.

O autor fala ainda que os jornalistas deixaram-se levar por aparências fundamentadas simplesmente em um desejo, onde a ‘presunção’, a ‘futilidade’ de um delegado, querendo ser conhecido profissionalmente, falou mais alto que o bom senso.

A vaidade de um policial, a pressa e despreparo dos jornalistas e o corre-corre dos veículos de comunicação, todos esses fatores se somaram para compor um cenário de tragédia para as pessoas acusadas de um crime que sequer aconteceu. Os exames de perícia não encontraram vestígios de violência sexual nos alunos da Escola Base. As suspeitas das mães de que havia algo errado desmancharam-se no ar. Mas o grande carnaval já estava montado e os pré-julgamentos já tinham produzidos culpados. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 19).

O profissional em jornalismo permeia também ser um indivíduo comum e emite juízos a cerca de determinados valores considerados como éticos. Entende-se ainda que, no desempenho de sua profissão, ele mesmo se influencia porque o desenvolver jornalístico pode ser uma faculdade de intervenção no que existe de real, de verdadeiro. Nessa afirmativa, Rogério (2008) cita um exemplo. Ele diz que não só jornalistas, mas outros profissionais devem se aplicar ao desenvolvimento desse valor, pois “a verdade é um valor moral vigente em nossa sociedade”. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 21).

Aduz também (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 22), que “Ética é um assunto acadêmico”, diz ainda, que o grande número de produções jornalísticas dentro das universidades dá-se pelo fato da observação das teorias. Mas o autor acentua que, as escolas de ensino superior não são sinônimas de procedência ou de estudos humanitários. O autor ressalta que “os saberes se constroem também na prática cotidiana consciente, na repetição, na busca de soluções para problemas e na ousadia de fazer funcionar novas idéias”. Isto é, de acordo com o autor, com essa interpretação a pretensa esfera das relações econômicas não está livre de cumprir uma obrigação às argumentações que tem por fim chegar à verdade sobre ética.

Cada vez mais, as empresas se dão conta da alta competitividade do setor e da extrema necessidade de oferecer serviços e produtos de qualidade. Para o mercado, a ética, muitas vezes, responde pelo nome de qualidade: jornais bem escritos e bem editados, programas com profissionais de alta credibilidade, portais de notícia rápidos, funcionais e eficientes... Tudo isso chega ao consumidor como evidências de que as empresas sérias e comprometidas se preocupam com a qualidade de seus produtos e, por extensão, com a satisfação de seus clientes. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 23).

Então Christofolletti não acredita que “Ética se aprende na escola”, e, por a ética ser de grande proporção e fundamental para a meditação do homem, ela não se restringe unicamente à academia, está em toda parte. Ou seja, como diz Rogério, a ética está presente em tudo e em todas as ações da humanidade, e dizer que a ética se aprende na escola é sofisma ou engano que se faz com razões falsas ou mal deduzidas.

A formação moral de um indivíduo é muito mais complexa do que geralmente se supõe. O desenvolvimento humano de cada pessoa, o livre trânsito por diversos grupos sociais, o contexto histórico-social em que se vive, tudo isso influencia na formação do caráter e na definição da personalidade individual. Quando o sujeito escolhe uma carreira e vai à universidade,

vem de casa recheado de valores morais repassados pelos parentes e por amigos. Já tem condições de estabelecer julgamentos sobre as condutas dos outros e as suas próprias. Dispõe de clareza sobre o que acredita ser bom ou ruim, certo ou errado. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 24).

Sendo assim, como declara o autor, pode-se dizer que provavelmente nenhum estabelecimento de ensino educa, instrui ou dá lições sobre ética, porém, auxilia a tornar mais intensos valores, debater convicções e pensar com mais cuidado sobre comportamentos. Com esse pensamento, o autor diz que o dever da escola não é de instruir, mas de incentivar. Porém, no caso da formação profissional, a academia é hábil não só para exercer funções do “bom caminho”, mas para fixar a verdadeira linha que divide o tornar responsável pela atuação da formação técnica.

3.1 Ética no jornalismo brasileiro

De acordo com Perseu Abramo (2003), a falta de ética na informação é hoje, no Brasil, uma das principais atividades do jornalismo. E o resultado da inversão das notícias é que os veículos não revelam a existência real do fato, ou seja, não mostram as notícias como realmente são. O autor diz ainda que, quase todas as informações levadas ao público têm algum envolvimento com a verdade, mas, de forma ilícita, dissimulada; é uma narrativa tortuosa, que não condiz com a realidade dos fatos. Isto é, a verdadeira essência da notícia é distorcida, manipulada, inventada.

Ainda de acordo com Abramo (2003), nos governos de Fernando Henrique Cardoso, o jornalismo brasileiro usou como intermédio a informação para representar o presidente. Isto é, os meios de comunicação, na capital federal foram programados para transmitir não só as oratórias solenes do presidente, mas todas as formas de inverdades, inventadas, para enganar a sociedade.

Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade artificial, não real, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real. A relação entre imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o outro objeto que não corresponde ao objeto real. (ABRAMO, 2003, p. 23-24).

Assim, diz Abramo (2003), que um dos principais modelos de se criar algo que não existe, são mostrados nos discursos políticos. E, essa maneira de proceder, persiste e é percorrida, desde os anos 80 até meados dos anos 90, em linha reta, quando os repórteres deixaram de ter o real cuidado na apuração das notícias, deixando-se levar pela “veracidade” das promessas verbais de políticos.

O autor ressalta ainda que, de acordo com a proporção que decisões impostas por autoridades ou pelo governo alcançam os trabalhos da imprensa, a realidade dos fatos fica proibida de chegar ao grande público, convertendo-se na vontade imperiosa de um sistema que pode até ser considerado despótico, tirano.

À medida que o oficialismo atinge a grande maioria da atividade jornalística, em que a diversidade e a pluralidade de informações e opiniões deixam de ter seu espaço na sociedade, ele se transforma em autoritarismo. (ABRAMO, 2003, p.18).

O relato de Abramo (2003), sobre o oficialismo na imprensa brasileira é muito vasto. Ele conta que desde 1994, o modo de levar a informação ao público se tornou menos numeroso, ou seja, a imprensa se rendeu aos comportamentos das fontes políticas. Ele diz ainda que seja óbvio que a fala, a oratória da imprensa se prolongue como o da “liberdade de expressão” e da “objetividade jornalística”.

Essa é uma questão primordial: a manipulação não reflete a realidade da sociedade brasileira, está estruturada no modo de produção do jornalismo e é exercida por profissionais egressos das

universidades, muitos dos quais com perfeito domínio das técnicas de comunicação e dos “macetes” adotados pelos jornalistas tanto para ocultar, fragmentar ou inventar os fatos. (ABRAMO, 2003, p. 19).

Abramo (2003, p. 20), continua seu texto dizendo que “nada mais atual do que a ocultação total, parcial ou dos aspectos da realidade”. Isto é, a redução nas edições, a mudança na ordem das notícias mais importantes ou os modos mais antigos de tirar do contexto o que de fato está acontecendo. Ou seja, a mutilação na aplicação das regras e dos princípios, nos muitos veículos de comunicação. Num pequeno texto, o autor explica de forma mais ampla o que é feito hoje com a realidade dos fatos.

O texto passa a ser mais importante que o fato que ele reproduz; a palavra, a frase, no lugar da informação; o tempo e o espaço de cada matéria predominando sobre a clareza da explicação; o visual harmônico sobre a veracidade ou a fidelidade; o ficcional espetaculoso sobre a realidade. (ABRAMO, 2003, p. 20).

Neste contexto, Abramo (2003), mostra a abundância de como o fato real pode ser realmente, corrompido, distorcido. Como mostra o autor, esse modelo de mudança na ordem dos termos é, sem dúvida, uma ausência ética devastadora por parte dos profissionais na hora da edição da notícia.

Sendo assim, fica claro que as pesquisas desenvolvidas por Abramo (2003), até hoje, podem contribuir e auxiliar de maneira magnífica para a extensiva e significativa arte de se fazer jornalismo.

Certamente, a divulgação de um desses estudos [...] e seu debate mais amplo na sociedade contribuirão não apenas para alargar a visão crítica – necessária – dos esquemas de manipulação da informação e de distorção da realidade, mas fundamentalmente para formar a base da transformação e

estimular a formulação de um novo jornalismo – transparente, democrático, participativo e comprometido com os destinos da maioria do povo brasileiro. (ABRAMO, 2003, p. 21-22).

E Perseu Abramo (2003), ainda faz uma analogia da ética às novas tecnologias. E, José Arbex Jr., ao apresentar seu “Legado Ético” diz que todo suporte de difusão de informação no Brasil, são mundialmente famosas, principalmente a imprensa escrita. E que, de uma forma antiética, a grande mídia estabelece, hoje, um pilar que ampara essa soberania, tornando-a legítima e autêntica, e que ela, a tecnologia, e não o homem autoriza força e cultiva, de maneira sociável o esquecimento, justamente por causa da velocidade de como os fatos são produzidos e repassados à sociedade.

O maior desafio desta nossa profissão nos dias de hoje é a distância entre técnica e ética. Cada vez mais, avançam as novas tecnologias, a informática, a telemática, a transmissão por satélites, ondas hertzianas, fibras óticas, “estradas eletrônicas”, infovias, telefone celular, fax, computador, modem, a internet e outras redes. E, cada vez mais, o poder político e econômico dos grandes impérios empresariais e multinacionais da comunicação se concentra em um número cada vez menor de poucas mãos [...] Por isso, peço aos meus colegas jornalistas que hoje se formam licença para alguns lembretes. Não se deixem deslumbrar pelas técnicas e pelas novas tecnologias. Elas de nada valem, se não forem utilizadas com profundo sentido ético e com a visão clara de que a imensa maioria da sociedade, em todos os países, ainda luta para libertar-se da exploração, da opressão, da desigualdade e da injustiça (ABRAMO, 2003, p. 10).

Na citação acima o autor diz que a “grande mídia”, se eleger, hoje, mesmo com suas complicações e contradições, como um pilar que ampara todas as formas de domínio e posse. Ainda de acordo com Abramo (2003), os meios de comunicação social são indispensáveis como um manancial que valida todas as práticas políticas emitidas pelos governantes, principalmente das táticas de negócios abraçadas pelas grandes coligações. Desta forma pode surgir vários questionamentos, e pensamentos sobre quem determina dentro da mídia a limitação ética.

3.2 O limite ético na informação

A fartura de notícias no espaço jornalístico, propagadas em passos largos parece contribuir para que a ética seja, definitivamente, esquecida. De acordo com Francisca Ester de Sá Marques, (acesso em: 29 de maio 2009), essa profusão nos últimos anos, que envolve acusações de iniquidade, corrupções, delinquência e irregularidades sociais, colocou os meios de comunicação no cerne da fronteira entre a “liberdade de expressão” e a “liberdade de informação”.

Ester Marques diz que, no caso da propagação da notícia “todo cidadão tem direito à liberdade de opinião, informações e ideias por quaisquer meios, independente de fronteiras”. (SANTOS; KARAM, 1993, apud MARQUES, 2009).

De acordo com a autora, o jornalismo busca para si o desempenho de instituição ética, a obrigação da clareza, não só dos princípios morais acolhidos pelos cidadãos, mas também pela autenticidade de valores, sejam eles apropriados ou não nas ações de caráter igualitário.

A aceleração do processo de produção e consumo da notícia, a circulação da informação em escala planetária para justificar a divulgação de acontecimentos, cujos fatos não encontram o consenso imediato da opinião pública, mas, que aparecem como legítimos aos interesses jornalísticos. Mesmo nesses momentos, busca os preceitos morais ou deontológicos para justificar o discurso transgressor, reclamando para si o papel

de ajuizador do comportamento social. (MARQUES, acesso em: 29 de maio de 2009).

Portanto, Marques (2009), diz que, a imprensa, mesmo envolta por semelhanças, desde há muito tempo, vem contornando as desordens, nas questões que implicam a autonomia individual com a solidariedade coletiva, mas deixa de lado aquele caráter de disputa, discussão e abraça um outro corpo para se auto-descrever com valores aparentes às antigas intuições.

Por conta dessa suposta mediação global, a atividade jornalística, como um campo próprio da mídia, autonomizado em relação ao domínio da comunicação, ficou dependente das ações e dos efeitos estratégicos da indústria midiática, da concorrência excessiva dos outros meios. (MARQUES, acesso em: 29 de maio de 2009).

Dentro deste contexto, nota-se que, de alguma forma, os meios de comunicação, ao se tratar de uma comunicação de massa, provavelmente necessitem de um pouco mais de atitude ou atuação.

3.3 Atitude ou ação

De forma grandiosa cogita-se, no mais profundo das ideias um modelo digno de imitação de ações. Mayra Rodrigues Gomes (2002) conceitua que, nessa imitação, o tempo exprime uma ação que não está separada das outras ações.

Levando em consideração esse pensamento, pode-se trabalhar com o raciocínio de ligação ininterrupta entre aquilo que uma pessoa considerada isolada faz, tanto na esfera de sua vida íntima, quanto na sua vida pública.

Nessa comparação, a autora faz uma extensão do profissional de jornalismo, começando por suas ações individuais às coletivas. Para essa afirmativa ela remete o seguinte: “se em sua casa todos são reis em seus castelos, um atestado de

autonomia, no entanto a ação moral não se encontra na pontualidade mas em toda a extensão da sua vida” (MAYRA, 2002, p. 50).

Para Alberto Manuel Vara Branco (acesso em: 19 nov. 2008), expressar idéias sobre um assunto como a ética na transmissão de notícias, é indispensável que se faça um estudo às condições que, no universo presente, interferem na vida de pessoas ao estado da propagação da informação. Esta propagação dá-se pelo ato de proceder que pode ser considerado, por circunstância, sob os vários pontos de vista da ética, não exato ou de pouca importância.

A reflexão sobre este tema será direcionada, essencialmente, para os factores que determinam o comportamento dos órgãos de comunicação social e dos seus agentes, quando transmitem informação ao público. Os agentes da comunicação social cedo se habituaram a não quebrar as regras de deontologia e, como tal, não é preciso fazer um esforço de memorização para ter presente o seu código. Este caracteriza-se como um conjunto de regras que pretendem criar algumas limitações, sem as quais se prejudicariam os cidadãos, nomeadamente em profissões que, normalmente, lidam com o grande público. Mesmo que algumas profissões não possuam o seu código deontológico acabam por ter as suas próprias regras. (BRANCO, acesso em: 19 nov. 2008).

Ainda de acordo com Branco (2008), é indispensável que se tenha um cuidado mais intenso com a palavra atitude, já que a Ética estuda as ações humanas, e não literalmente as do homem, “uma vez admitido e compreendido que a ética é uma ciência filosófica que trata os humanos, tendo em conta a capacidade responsável pelo homem”. (BRANCO, acesso em: 19 nov. 2008).

Sendo assim, Branco (2008), diz que a ética não estabelece regra ou etiqueta, mas delinea o que entende como princípio num espaço visível sobre os atos do homem, colocando que, assim como a notícia tem suas particularidades necessárias, é imprescindível que uma norma aborde suas características não como privadas ou de maneira individual, mas de modo geral.

É desta forma que afirma Branco, “a ética divide-se em: Ética Geral e Ética Especial. Enfatizando que a primeira estuda leis, normas da atitude moral humana; a segunda estuda esta atitude em diversas circunstâncias, nas quais o homem se encontra como ser social” (BRANCO, acesso em: 19 nov. 2008).

Quando se trata do homem como ser social, nota-se que as reverências a ele enquanto cidadão político e participativo necessita ser respeitadas, tanto por quem os representam, neste caso o Estado, ou por quem os informam, neste caso, a mídia. É o que será analisado no tópico seguinte deste trabalho.

4 ÉTICA NO JORNAL DO TOCANTINS

O Jornal do Tocantins instrumento de inspiração usado para análise deste trabalho, foi fundado há 30 anos aqui neste Estado. Ele é hoje um dos principais veículos de informação da região Norte do País, e, pertence à Organização Jaime Câmara.

O Jornal do Tocantins tem uma tiragem de 6 mil exemplares diários, exceto nas segundas-feiras. Circula em 103 municípios tocantinenses, e em três grandes estados brasileiros, sendo o único do Estado do Tocantins filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC). O referido Jornal destaca-se pelos prêmios de jornalismo que recebeu: o da *Agência de Notícias dos Diretos da Infância*, o *Prêmio Sebrae de Jornalismo* e *Prêmio Esso de Jornalismo*, no ano de 2005.

Suas editorias são divididas em quatro cadernos: no caderno principal contém quatro editorias: Geral, Política, Opinião e Esporte; o segundo caderno comporta duas editorias: Economia e Estado; no terceiro caderno, Arte e Vida, espaço destinado à cultura e eventos que acontecem no Estado; e no quarto caderno, a oportunidade de compra, venda e empregos por meio dos Classificados.

São oito editorias divididas em quatro cadernos, que levam informação aos leitores.

4.1 Ética nas editorias políticas do Jornal do Tocantins

Para o propósito desta monografia, cujo objetivo foi pesquisar especificamente a ética nas editorias políticas do Jornal do Tocantins, nesta seção buscou-se a análise de 5 (cinco) matérias, sendo 1 (uma) dentro de cada caderno de política, a fim de entender se elas são ou não opinativas.

4.1.1 Matérias

Sobre as matérias escolhidas, foram observados os seguintes critérios: ler a matéria e citar alguns pontos da mesma, comparando com as exposições dos autores referenciados neste trabalho. Observar se houve opinião pessoal e se foi guardado os preceitos éticos, ao explicar o conteúdo da matéria.

Matéria número 1: Na edição do jornal de número 4.515, de 11 de fevereiro de 2009, a editoria de política trata de vários assuntos, dentre eles o encontro de mais de 3 mil prefeitos, em que a profissional Dora Kramer afirma que o Presidente Lula usou o encontro para promover a candidatura presidencial da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Sendo assim, a colunista afirma que,

Dilma Rousseff sozinha, a bordo de seus atributos de líder política, não teria como ter subido de 2% para 13% nas pesquisas no período de um ano. Conseguiu por meio do cargo, dos eventos proporcionados por ele, todos pagos com o dinheiro de cidadãos com preferências eleitorais múltiplas [...], a infração maior parte do governo federal, cujo presidente dá a sua administração o caráter de campanha eleitoral permanente (KRAMER, Jornal do Tocantins, 11 de fevereiro 2009, p. 3).

Para Abramo (2003, p.7), em matéria de técnicas de distorção e manipulação dos fatos, a imprensa do Brasil, em especial a escrita, é uma das melhores do mundo. “A mídia impressa, tecnicamente, nada deixa a desejar a qualquer grande jornal, mesmo que se incluam na lista os americanos”.

Matéria número 2: Na edição do jornal de número 4.519 de 15 de fevereiro de 2009, Dora Kramer fala sobre as muitas funções dos presidentes da Câmara e do Senado Federal. Nessa afirmativa, Dora diz que, os congressistas são responsáveis por todas as decisões, sejam boas ou más, no território brasileiro.

Os presidentes da Câmara e do Senado são pessoas de muito poder. Podem garantir e cassar palavras, desempenhar votações, dirimir conflitos, expulsar inconvenientes do plenário, definir a agenda, conceder licenças, abonar faltas, declarar a vacância³ das cadeiras, comandar a polícia parlamentar, matar ou fazer nascer comissões de inquérito, engavetar ou deixar tramitar pedidos de impeachment contra o Presidente da República. (KRAMER, Jornal do Tocantins, 15 de fevereiro de 2009, p. 3).

³ Estado de um lugar, de um cargo, que não está ocupado; vagatura. Disponível em: <http://www.priberam.pt>. Acesso em: 25 maio 2009

Mas, Dora diz que esse poder concedido a eles, se restringe: na hora de cuidar do prestígio e da decência, os presidentes deixam a desejar, o que ela chama de “vício da amizade”. E Dora afirma ainda, que essa inclinação à corrupção dá-se pelo fato da não publicação de notas fiscais que indicam um gasto de R\$ 15 mil de despesas com os escritórios regionais de partidos. Em um trecho da matéria, Dora diz que o Senador José Sarney e o deputado Michel Temer foram resistentes a essa divulgação e à “quebra de sigilo”. Os presidentes asseguraram que iam criar uma comissão para “analisar o tema”. Assim, a colunista diz que existe um “segredo” sem “justificativa aceitável”.

Ora, considerando que uma nota fiscal só prejudica alguém quando existe irregularidade na transação, a defesa do sigilo soa a precaução de caráter presumidamente infrator. Portanto, por mais razão deveria interessar à direção das duas Casas do congresso esclarecer a questão. (KRAMER, Jornal do Tocantins, 15 de fevereiro de 2009, p. 3).

Assim, “à medida que o oficialismo atinge a grande maioria da atividade jornalística, em que a diversidade e a pluralidade de informações e opiniões deixam de ter seu espaço na sociedade, ele se transforma em autoritarismo” (ABRAMO, 2003, p. 18).

Já para Bucci, “ninguém precisa ter frequentado aulas numa faculdade de comunicação social para intuir que ao jornalismo cabe perseguir a verdade dos fatos para bem informar o público” (BUCCI, 2000, p. 30).

Matéria número 3: Na edição do jornal de número 4.520 de 17 de fevereiro de 2009, a colunista fala sobre “A intenção inicial nem sempre combina com o resultado final”. Isto é, a colunista, com essa frase se refere a atos impensados que certos políticos tomam no tocante a corrupção na esfera congressista, desde as denúncias de Pedro Collor às de Roberto Jefferson e agora, Jarbas Vasconcelos ao denunciar corrupções do partido. Nos acontecimentos, a jornalista diz que “inocentes (in) úteis preferia as versões oficiais”, que, ainda de acordo com a colunista seria “corrupção por escrito, com certidão passada em cartório do céu”.

Ainda de acordo com a colunista, ao denunciar as corrupções do partido, Jarbas Vasconcelos foi tachado pelos colegas de chato, de parlamentar

independente com interesses individualistas, e que teria feito as denúncias por razões pessoais.

Assim, a jornalista diz que, o senador mesmo com nomes, provas e documentos, foi-lhe atribuído a frase célebre que Nelson Rodrigues há muito escreveu: “Idiota da objetividade”. (KRAMER, Jornal do Tocantins, 17 de fevereiro de 2009, p. 3). Mas de acordo com (ABRAMO, 2003, p. 24) “uma imagem da realidade que na sua quase totalidade não é real, se transforma, assim, em manipulação da realidade”.

Matéria número 4: Na edição do jornal de número 4.523 de 20 de fevereiro de 2009, em sua coluna, Dora trata de fatos políticos nacionais, em especial o que diz respeito a Brasília, onde, de acordo com ela, o poder demasiado se concentra por parte dos parlamentares, em benefício de si próprio, no caso dos gastos com as “verbas extras”, quando ela afirma que “a decisão da Câmara - a ser seguida, espera pelo senado – de divulgar as notas fiscais dos gastos com a verba extra”, que a mesma trata de “a polêmica da transparência”.

Nessa afirmativa a colunista diz não haver transparência, pois, polêmicas e especulações ainda estão por vir, até que o parlamento recupere a autoridade moral para exibir a credencial de “poder mais aberto da República”, chamando o congresso de defeituoso.

Kramer diz ainda que, o resultado dessa afronta vem do meio político, em que predomina o pensamento de que a Câmara é de domínio das legendas partidárias, que são usadas pelo executivo de forma abusiva.

Essa mentalidade permeia todos os embates entre o congresso e a opinião pública: parlamentares chegam às casas legislativas achando que a partir daquele momento fazem parte de uma casta de “nobres colegas” desobrigados de qualquer compromisso com a sociedade. (KRAMER, Jornal do Tocantins, 20 de fevereiro de 2009, p. 3).

Ou seja, a colunista remete que falta transparência e verdade. Ela assegura, ainda, que tudo isso é verídico, e diz que, os parlamentares usam o ato de legislar para, em benefício próprio, incorporar aos seus salários um adicional de R\$ 15 mil.

[...]. A teoria lombrosiana⁴ já caiu em descrédito há muito tempo. Como disse o doutor Ulisses Guimarães um dia, referindo-se aos deputados que lotavam o plenário da Câmara: “Aqui não tem bobos. Os bobos ficaram de suplentes” (MARTINS, 2005, p.50).

Matéria número 5: Na edição do jornal de número 4.529 de 28 de fevereiro de 2009, Nessa opinião, intitulada de “Barbárie Consentida”, Kramer fala sobre as declarações do Presidente do STF – Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. Ela diz ainda que, em suas declarações, o Ministro se mostrou mais evidente sobre o assassinato de quatro seguranças de fazenda em Pernambuco. Ela diz ainda que logo após o episódio, continuaram várias denúncias de atrocidades realizadas pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e outros movimentos.

Ela assegura que o Presidente do STF afirma que o Presidente Lula é cúmplice dos atos considerados imorais do MST. A colunista, afirma ainda que, a resposta do presidente Lula, foi o silêncio.

O Governo Luiz Inácio da Silva ignorou solenemente todos os avisos de que dia menos dia se veria na contingência de pagar o preço da leniência⁵, seja pelo imperativo de usar a força do Estado para coibir os crimes ou pela constrangedora constatação de que o Estado é cúmplice de criminoso. (KRAMER, Jornal do Tocantins, 28 de fevereiro de 2009, p. 3).

⁴ Teoria feita pelo médico italiano Cesare Lombroso, em que ele classificava um criminoso pela aparência exterior; Concepção segundo a qual as características hereditárias determinam o comportamento agressivo; O sujeito mau caráter é reconhecível a partir de seus traços físicos e fenotípicos; Traços físicos de certos seres humanos, considerados “feios” ou “ameaçadores”, acabavam sendo relacionados à violência; Bastante criticável, esta teoria nada tem de científico, e acabou caindo no descrédito em função do preconceito que recai contra as minoridades sociais. Disponível em: [http:// www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br). Acesso em: 25 maio 2009.

⁵ Suavidade, brandura. Disponível em: <http://www.priberam.pt>. Acesso em: 25 maio 2009.

Diante da afirmativa da colunista, Eugênio Bucci (2000) faz uma interrogação em que diz assim:

Então a ética seria a negação do espírito pragmático que caracteriza o mundo dos negócios? [...] Esse pressuposto soa ingênuo para muitos, mas a alternativa a ele é o abandono de toda pretensão a uma convivência melhor. Temos aqui uma encruzilhada lógica: de um lado abre-se o caminho do vale tudo, já que a ética não passaria de um sonho pueril como o das crianças que acreditam em Papai Noel; do outro lado, está a estrada mais tortuosa e difícil, na qual é preciso combater o Vale-tudo porque, embora Papai Noel não exista, as práticas humanas podem ser melhores do que são. (BUCCI, 2000, p. 34-35).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realmente, ética como diz a maioria dos autores pesquisados, julga-se não ser fácil de entender, muito menos de viver, por se tratar de sua complexidade, e da complexidade das pessoas. Observando que estas vêm de meios sociais e culturas diferentes. Considerando que ética é o significado de todos os atos que são praticados, talvez se possa dizer que tal conjunto de regras não se aplica a todos de maneira democrática.

Se levados em conta tudo que se vê e ouve desde a mais tenra infância, então, pressupõe que a ética pode ser classificada como uma cultura banalizada, e, por consequência dessa notoriedade, transformou-se num produto e numa cultura, completamente danificados.

Banalizados pelo falta de discernimento do que é bom ou o que é ruim para si próprio; danificados pela falta de acesso à cultura, à educação e à informação de qualidade.

Assim sendo, não seria justo fazer generalizações, partindo do pressuposto que essa vulgarização parece não se adequar a todo cidadão. Embora, até que poderia se fosse levado em conta o meio cultural em que a pessoa nasceu, mas, justamente por isso, não se pode ou deve fazer tais julgamentos.

Tomando como ponto de chegada analisar a ética no Jornal do Tocantins, de 01 a 28 de fevereiro de 2009, em que se escolheram as edições 4.515, 4.519, 4.520, 4.523 e 4.529 da editoria de política da jornalista Dora Kramer, percebeu-se que, a opinião da jornalista em relação aos assuntos políticos nacionais, em especial os referentes à capital federal, pertinentes ao Governo de Luiz Inácio Lula da Silva e seus assistentes imediatos (parlamentares), considerando sua especialidade em política e, acima de tudo sua liberdade de expressão, Dora, na maioria das vezes, mostra características opinativa, e, em poucos momentos ela se mostra imparcial.

A opinião da jornalista no tocante a essas cinco edições torna-se, de alguma forma desafiadora ao relatar possíveis corrupções no Congresso Nacional.

No trajeto dessa análise, foi percebido que, o que Dora Kramer fez ao opinar sobre determinados assuntos na esfera nacional é o que Franklin Martins e outros autores afirmam sobre o jornalismo político no Brasil.

Na concepção de Martins, o jornalismo político no Brasil passou por grandes mudanças nas últimas décadas. A mais importante delas é que, hoje em dia, a maior

preocupação da cobertura é informar o leitor e não convencê-lo a ter opiniões próprias. Ou seja, não basta só informar. Basta que os fatos sejam apurados de maneira correta, com imparcialidade, de maneira verdadeira, para que o leitor, ouvinte ou telespectador, possa tirar suas conclusões e fazerem uma análise correta dos fatos.

Pelo que foi percebido, a jornalista Dora é colunista política do Jornal o Estado de São Paulo e o autor e jornalista Franklin Martins afirma que lugar de repórter político é no Congresso. Ou seja, mesmo que a jornalista tenha suas fontes, acredita-se que, esses mananciais de informações, assim como a jornalista, são parciais, pois, ao opinar sobre assuntos de responsabilidade social, a colunista fez generalizações, o que a tornou parcial e, conseqüentemente antiética, no tocante às declarações. Com relação às fontes, é como diz um dito popular, “é aconselhável que frite o peixe com um olho na frigideira e outro no gato”. Como disse também Fernando Henrique Cardoso, “por mais cartesiano que seja o discurso, a política no Brasil tem sempre uma pitada de candomblé”.

Diante de tantas afirmativas da colunista, levando-se em consideração que, todos os dias os noticiários mostram denúncias de corrupção neste país, fica a pergunta: será que, realmente, foram ouvidos os dois lados? Será que ela, investigou a fundo essas denúncias para opinar com tanta confiança? Ou será que ela confiou no ‘caráter’ de suas fontes? Acredita-se que, além do seu trabalho, desenvolvido por sua capacidade, a sua ética é o que a torna digna de ser apontada como profissional. Porque, parte-se do entendimento de que o confronto entre ética e manipulação dos fatos origina uma série de fatores que dão vida ou fazem declinar qualquer profissão, inclusive a jornalística.

Sendo assim, entende-se que, na trajetória final desse exame analítico sobre a possível existência ética dos editoriais políticos da Jornalista e Colunista Dora Kramer, foram alcançados os desígnios, mas, ainda há muito que se observar sobre o mundo ético dos editoriais políticos, não só do Jornal do Tocantins, mas também de todos os veículos impressos que se dispõe a omitir opiniões, seja qual for o assunto. Desta forma o trabalho se destina a todo ser que se interesse por leitura

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BRANCO, Alberto Manuel Vara. **A ética e a informação: o jornalista como profissional e o jornalista como pessoa**. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/>>. Acesso em: 19 nov. 2008.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. 2. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.
- CHRISTIFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- DOMENICE, Thiago. **Onze anos da Escola Base, passo a passo, como a mídia destruiu duas famílias**. 2005. Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com>>. Acesso em: 05 de Fev. 2009.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio**. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, 1989.
- FREIRE, Alexandre Luna. 2009 – Ética é responsabilidade. **Revista Consulex, Brasília**, 15 fev. 2009. Destaque, ano XIII, n. 290 p. 20, 21.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e Jornalismo: uma cartografia dos valores**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, Coleção ensaios transversais.
- KRAMER, Dora. Editoria Política. **Jornal do Tocantins**, Tocantins: Palmas, 11 fev. 2009. ed. 4.515, p. 03.
- KRAMER, Dora. Editoria Política. **Jornal do Tocantins**, Tocantins: Palmas, 15 fev. 2009. ed. 4.519, p. 03.
- KRAMER, Dora. Editoria Política. **Jornal do Tocantins**, Tocantins: Palmas, 17 fev. 2009. ed. 4.520 p. 03
- KRAMER, Dora. Editoria Política. **Jornal do Tocantins**, Tocantins: Palmas, 20 fev. 2009. ed. 4.523, p. 03.
- KRAMER, Dora. Editoria Política. **Jornal do Tocantins**, Tocantins: Palmas, 29 fev. 2009. ed. 4.529 p. 03.
- LANGARO, Luiz Lima. **Curso de Deontologia Jurídica**. 2. Ed. Atual. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.
- MARQUES, Francisca Ester de Sá. **Ética e discurso jornalístico**. Disponível em: <<http://bacc.ubi>>. Acesso em: 29 maio 2009.
- MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- PRIBERAM, Dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <http://www.priberam.pt>. Acesso em: 25 maio 2009.
- ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005. Coleção Primeiros Passos; 15.
- SILVA, Magno Medeiros. **Teoria das violências, mídia e direitos humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 25 maio 2009.
- SOUSA, Américo. **A persuasão**. Disponível em: <<http://www.persuasao.com>>. Acesso em: 17 nov. 2008.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008, Coleção Primeiros Passos; 177.

ANEXOS

SUMÁRIO

ANEXO 1 Edição do Jornal do Tocantins nº 4.515, p. 3	47
ANEXO 2 Edição do Jornal do Tocantins nº 4.519, p. 3	48
ANEXO 3 Edição do Jornal do Tocantins nº 4.520, p. 3	49
ANEXO 4 Edição do Jornal do Tocantins nº 4.523, p. 3	50
ANEXO 5 Edição do Jornal do Tocantins nº 4.529, p. 3	51

ANEXO 1 Edição do Jornal do Tocantins nº 4.515, p. 3

Jornal do Tocantins

PALMAS, QUARTA-FEIRA, 11 de fevereiro de 2009

POLÍTICA

politica@jornaldotocantins.com.br

DORA KRAMER

dorakramer@esclafed.com.br



Governantes em palanque

Os três principais pretendentes à sucessão do presidente Luiz Inácio da Silva são ocupantes de importantes cargos públicos e, nessa condição, a ministra da Casa Civil e os governadores de São Paulo e Minas Gerais dispõem de uma vantagem que em tese anularia com as pretensões de quaisquer novos aspirantes a entrar na disputa de 2010: a máquina administrativa, seu uso, a visibilidade que proporciona e os apoios que atrai.

Ela não é tudo, nem sempre as pessoas voltam conforme os ditames do mundo oficial, mas, no caso do próximo pleito presidencial, poderá ser um fator preponderante como em nenhum

outro desde a volta das eleições diretas.

A administração federal está a serviço de Dilma Rousseff, enquanto os governos dos dois maiores colégios eleitorais do País são cidadelas dos postulantes do PSDB, José Serra e Aécio Neves.

Em 1998, todos os candidatos eram de oposição; de 1994 a 2002 Lula fez sempre o contraponto com o candidato oficial no comando do principal partido de oposição; em 2006 seu oponente era governador de São Paulo.

Uma diferença crucial em relação ao cenário de hoje, porém: Geraldo Alckmin virou candidato às vésperas do início

de uma triagem e encaminha a documentação ao Sindicato das Empresas de Transportes Terrestres, que viabiliza o cartão eletrônico", contou a superintendente de desenvolvimento social, Régina Mercês.

Uma triagem e encaminha a documentação ao Sindicato das Empresas de Transportes Terrestres, que viabiliza o cartão eletrônico", contou a superintendente de desenvolvimento social, Régina Mercês.

Com tal falta de cerimônia que lança abertamente uma candidatura três anos antes da eleição usando de todos os instrumentos de poder para torná-la conhecida. A prova está nas pesquisas de opinião.

Dilma Rousseff sozinha, a bordo de seus atributos de líder política, não teria como ter subido de 2% para 13% nas pesquisas no período de um ano. Conseguir por meio do cargo, dos eventos proporcionados por ele, todos pagos com o dinheiro de cidadãos com preferências eleitorais múltiplas.

Os exemplos acontecem todos os dias: Um dos mais exuberantes aconteceu ontem mesmo, no encontro de prefeitos convidados a Brasília para ouvir o presidente e aplaudir o projeto de candidata.

Considerando que nada se decide em reunião de 3 mil pessoas e que decisões de governo são atos públicos por definição, publicados em "Diário Oficial", a realização de um espetáculo em torno tem outros objetivos. No caso, eleitoral.

Tudo certo com eventos políticos eleitorais, desde que sejam feitos na época certa, sob a

forma da lei, sem o disfarce da reunião de trabalho nem o uso da máquina em favor de um grupo partidário. Do contrário, é abuso de poder.

E onde entram os governadores na história? Justamente naquele pedaço em que a oposição abre mão de sua prerrogativa de fiscalizar as ações do governo, recorrer à Justiça se houver agressão à lei e impedir que se pratique o financiamento público de campanha na marta, porque também tem máquinas poderosas nas mãos e delas podem se valer na operação do mesmo embuste: a campanha eleitoral que não ousa dizer seu verdadeiro nome.

Escolha

Uma hora o Congresso terá de fazer uma opção: ou representa a voz de fora ou continua a se afundar em defesa das conveniências de dentro.

O Poder Legislativo caminha inexoravelmente para este dilema por ele mesmo contratado ainda no processo de redemocratização, quando recebe poder perdido na ditadura sobre o que fazer com ele sou a fazer o pior uso dele

Parceria

O partido que se dispõe a aceitar a filiação de Moreira será hádador da fôrta e da concepção do debate que os vícios do País são parte natural, e aceita o jogo.

Como todos sabem num primeiro momento é vel que nenhum deles a portar. Mas só até a poeira cair, depois voltam à hronologia de critérios de filiação de pessoas com di ou influência suficiente para conseguir um mandato.

Ônus da prova

O DEM abriu prazo amanhã para o deputado Moreira apresentar sua no processo de expulsão pelo partido.

Caso não faça, o caso de defesa seria do eleitor.

Capital de foi desmantelada em operações executadas recentemente. (S.M.)

Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional. Além disso, a PM aguarda um mandato de prisão do Judiciário para autorizar a entrada da Polícia.

uma triagem e encaminha a documentação ao Sindicato das Empresas de Transportes Terrestres, que viabiliza o cartão eletrônico", contou a superintendente de desenvolvimento social, Régina Mercês.

de vagas gratuitas, a empresa terá que oferecer no mínimo um desconto de 50% no valor das passagens. As penalidades caso a transportadora infrinja a lei serão de advertência por escrito, multa de

Conselho somente o atendimento", relatou o presidente da ATR, Nelito Cavalcante. Mas, até o fechamento desta matéria, somente o Conselho

termunicipal de Regulação, e Agência de Regulação e Fiscalização de Serviços (ATR) se reuniu

POLÍTICA

politica@jornaldotocantins.com.br

DORA KRAMER

dkramer@estadao.com.br



O segredo dos indolentes

Os presidentes da Câmara e do Senado são pessoas de muito poder. Podem garantir e cassar palavras, desempatar votações, rimir conflitos, expulsar incontinentes do plenário, definir a agenda, conceder licenças, aborlar faltas, declarar a vacância as cadeiras, comandar a polícia arlamentar, matar ou fazer nasr comissões de inquérito, engatar ou deixar tramitar pedidos de impeachment contra o presidente da República.

Pelo regimento, podem tudo mais. No ambiente do Congresso Nacional, só não podem deixar de cumprir a função regimental de "zelar pelo

prestígio e o decoro" da instituição, o que inclui o atendimento ao preceito constitucional de impessoalidade e publicidade das ações do agente público.

Isto posto, não sobra outra razão - a não ser o insanável "vício da amizade" aludido pelo deputado Edmar Moreira - para a resistência do senador José Sarney e do deputado Michel Temer à divulgação das notas fiscais referentes aos gastos da verba extra de R\$ 15 mil para despesas com os escritórios regionais dos parlamentares.

Francamente contrários à proposta em princípio, os dois terminaram a semana procuran-

do transparecer inclinação favorável à quebra do sigilo, de resto repudiada pela maioria do colegiado. O senador José Sarney prometeu "examinar o assunto" e o deputado Michel Temer anunciou a criação de uma comissão para "analisar o tema".

Posições dúbias, incoerentes com a dimensão do poder de ambos e com a inexistência de qualquer obstáculo regimental à exibição dos comprovantes de que não houve nem há desvio da destinação original dos recursos.

Junto a isso, a possibilidade de serem divulgadas as notas dos gastos do deputado Edmar Moreira com serviços de segurança - sendo ele dono de empreendimento - é cercada de cuidados para que não se criem "precedentes" à quebra geral do sigilo sob o qual são mantidos esses documentos.

Segredo muito esquisito. Sem justificativa aceitável. O argumento usado é o de que a exibição das notas poderia prejudicar "terceiros", aí entendidos como as pessoas físicas ou jurídicas que prestaram serviços ou

venderam mercadorias.

Ora, considerando que uma nota fiscal só prejudica alguém quando existe irregularidade na transação, a defesa do sigilo soa a precaução de caráter presumidamente infrator. Portanto, por mais razão deveria interessar à direção das duas Casas do Congresso esclarecer a questão.

Só que o assunto ultrapassa o terreno do interesse e entra no campo da obrigação. A verba extraordinária foi criada em 2001 como uma forma de aumentar os ganhos dos parlamentares sem enfrentar a reação da opinião pública que passou a não considerar justa a relação entre os serviços prestados e os reajustes de salários aprovados em causa própria.

É um dinheiro para uso específico, passível de prestação de contas. O comprovante para isso são notas fiscais e, portanto, sua divulgação deveria ser algo natural, sem mistérios, sigilos ou impedimentos que só fazem aumentar as suspeitas sobre a já combatida conduta dos parlamentares.

A preterrogativa de cobrar é do

dono do dinheiro e o dever de comprovar a lisura do uso é de quem recebe. Tudo muito simples e transparente. Bastando para o cumprimento da norma um cumprimento. De cima para baixo, como é conferido aos dois presidentes do Congresso Nacional, como convém a um Parlamento que não se associa nem corrobora a assertiva de que mais vale a amizade de alguns que o respeito de todos.

Ao mar

O PSDB decidiu fazer do Rio de Janeiro uma espécie de comitê central da campanha de 2010. O partido começa por patrocinar na cidade, ainda nesse primeiro semestre, reuniões políticas com o intuito de calibrar forma e conteúdo do plano de voo agora e durante a campanha eleitoral propriamente dita.

E por que o Rio?

Porque a cidade repercute, não tem o caráter oficialista de Brasília, não é a "casa" de

nenhum dos dois pretendentes a candidato - governadores de São Paulo e Minas Gerais -, é passagem, destino ou origem de gente influente também fora do mundo político e, sobretudo, exporta tendências, faz a moda.

O primeiro passo da estratégia foi dado pelo PSDB na eleição municipal com o apoio à candidatura de Fernando Cabeira, que quase leva a prefeitura do Rio contra as máquinas estadual e federal, só na base da reação aos anacronismos vigentes.

Gênios da raça

A ideia da oposição de organizar uma reunião de prefeitos amigos em Brasília, como "resposta" ao comício patrocinado pelo governo federal semana passada na capital, parece inspirada pelo serviço de comunicação do Palácio do Planalto.

Entra em terreno onde não pode competir, pertele a razão para criticar, indica o eleitorado sua carência de agenda própria e inicia a campanha pela pauta do adversário.

ADMINISTRAÇÕES ▶ FALTA DE RECURSOS, TRANSPARÊNCIA E PLANEJAMENTO SÃO ALGUNS DOS

POLÍTICA

politica@jornaldotocantins.com.br



**DORA
KRAMER**

dkramer@estadiao.com.br

Verdade inconveniente

A entrevista do senador Jarbas Vasconcelos à revista "Veja" é um registro de esgotamento.

Daqueles momentos em que o humano perde a paciência, por algum motivo resolve pagar a ver sem medir de imediato as consequências, diz verdades a mais alta inconveniência e as situações que podem levar a rupturas benéficas ou ao reforço de pactos maléficicos.

A intenção inicial nem sempre combina com o resultado final. Tudo depende de adesão da sociedade e das instituições. Na história recente da política há dois momentos assemelhados. Em 1992, Pedro Collor não

dava um sistema de financiamento público dos partidos em troca de apoio no Congresso.

Nos dois casos, a primeira reação dos acusados, seus aliados e o entorno de inocentes (in)úteis que preferem as versões oficiais aos próprios olhos e ouvidos foi a de exigir "provas" contundentes. Corrupção por escrito, com certidão passada em cartório do céu.

Não fosse a ação firme de alguns setores, pessoas e instituições, as denúncias teriam sido atribuídas a intenções escusas dos denunciantes e nada do que se soube a respeito de ambos os episódios teria sido do conhecimento público.

Agora, diante do desabafo do senador Jarbas Vasconcelos, reproduzindo em gravador fatos notórios e sobrejamente sabidos, esboça-se uma reação parecida.

Provas, nomes, documentos, chamavam o que Nelson Rodrigues chamava de idiotias da objetividade. Isso, falando dos só equívocos, porque a eles se juntam de carona os mal-intencionados falando em "generalizações" cujas particularidades combe-

Depois do silêncio de 24 horas, a direção do PMDB se reuniu e decidiu oficialmente tentar "esvaziar" as declarações do senador.

Dar a elas um caráter pessoal, deixar que se lancem sobre ele algumas desconfianças, quando nada de que fala por ser ranzinza, uma voz isolada no partido, talvez por isso em busca de alguma notoriedade, um homem a quem não se deve dar atenção, um político na contramão da história tal como é contada nesses dias de supremacia da fama e da popularidade sobre o mérito e o respeito.

O senador Jarbas Vasconcelos nada acrescentou, a não ser sua assinatura, a tudo o que todos os dias é repetido para o conhecimento do público. A eleição de José Sarney para a presidência do Senado foi tachada de retrocesso na imprensa nacional e internacional.

O fisiologismo do partido é assumido. Foi o próprio presidente do PMDB quem disse que na próxima eleição ele ficará parte com o governo, parte com

O PMDB é tratado permanentemente com desqualificação e não se opõe a isso. Simplesmente parou de argumentar contra os fatos. No máximo, quando eles ameaçam suas posições na administração federal, luta pelas posições, nunca para corrigir os fatos.

Acabou de acontecer, em proporções reduzidas, o mesmo com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que apontou a gestão corrupta e ineficaz de seu partido na Fundação Nacional de Saúde.

Foi tratado como um desgarrado, indisciplinado, boquirroto e intolerante, quando foi apenas covarde por ter aceitado dar o dito pelo não dito.

Jarbas Vasconcelos apenas ampliou e detalhou o quadro. Baseado na experiência e confluente na aceitação do conceito de que a amoralidade passou de exceção a regra geral, o PMDB deu de ombros.

Ouve que há corrupção no partido, nem sequer estranha e não procura saber o que se passa: condena liminarmente o demun-

Bem, isso é o que a Executiva do PMDB acha que deve ser feito. Não necessariamente precisa ser o que todos os parlamentares, governadores, prefeitos, filiados e militantes do partido e de outras legendas devam seguir.

A entrevista de Jarbas Vasconcelos estende aos políticos de bem uma tábua de salvação. Abre a todos a oportunidade de escolher um lado: se o do joio ou do trigo.

Dá à opinião pública a chance de ver quem sustenta a verdade e inconveniente dita pelo senador e quem se esconde sob a mentira conveniente contada pela Executiva do PMDB.

Considerar condenável o ato do senador requer necessariamente que se admita como louvável o conjunto da obra do PMDB e se apresentem escusas pelo tratamento desrespeitoso dado à legenda.

E uma escolha que põe em xeque a oposição a quem o senador anunciou apoio na eleição de 2010. Uma opção entre a ruptura benéfica e a renovação do pacto

POLÍTICA

DORA KRAMER

dkramer@estadiao.com.br



politica@jornaldotocantins.com.br

...lá se vão só uns anéis

A decisão da Câmara - a ser guiada, espera-se, pelo Senado - e divulgar as notas fiscais dos gastos com a verba extra e a identificação completa dos fornecedores não encerra como imagina o primeiro-secretário da Casa, Rafael Guerra, "a polémica da transparência parcial".

A discussão está só começando. Ainda há léguas a percorrer antes que o Parlamento recupere autoridade moral para exibir a credencial de "Poder mais aberto à República". É, no máximo, o poder mais vulnerável.

Vulnerabilidade crescente, institucionalmente defeituosa e responsabilidade do Congresso. Fruto do aviltamento do ambiente onde prevalece a noção

não se pode conferir o dístico de "poder aberto" a um colegiado especializado no ato de legislar em causa própria ou em prol de quem lhe atenda os interesses.

Agora mesmo já se aprovou o anexo para aprovar a incorporação do adicional de R\$ 15 mil aos salários.

Nessa altura do raciocínio alguém haverá de ponderar que, bem ou mal, a Câmara "recuou" e cedeu à pressão para a divulgação do detalhamento dos gastos com a verba dita indenizatória. Na realidade, um truque inventado para garantir um "por fora" depois que passou a não ser tão fácil aprovar aumentos de salários na calada das madrugadas.

É um engano acreditar que houve recuo. Ao contrário. Continua havendo a mais sordida - por dissimulada - das resistências na aplicação do princípio constitucional da publicidade para a administração pública.

Por ora o que há é uma promessa a ser cumprida não se sabe ao certo a partir de que dia do mês de abril e a certeza de que até lá o sigilo em vigor há oito anos está totalmente preservado.

Se alguém pecou, jamais se saberá. Isso por nenhuma razão não será a deliberação unilateral de suas excelências que ainda se consideram merecedoras de reverências.

"Não tem sentido tomarmos uma medida tão importante e continuarmos a ser criticados", reclama o primeiro-secretário, Rafael Guerra.

E de se perguntar: qual medida importante? O cumprimento mínimo do dever de prestação de contas ao dono do santo dinheirinho de cada mês?

O Parlamento passou anos aludindo a impedimentos legais inexistentes para ocultar as notas, promete ceder uns anéis porque o PMDB, general da banda, está com medo de perder os dedos e ainda quer elogio? Ora, por quem sois, há limites.

Estação barbacena

O governador de Minas, Aécio Neves, desmente - e, com isso, desautoriza integrantes da cúpula do PMDB - que algum dia tenha afirmado a alguém do partido que possa vir a deixar o

vermos as prévias. Há quem veja como um risco de divisão e há aqueles, como eu, que entendem como um processo de fortalecimento partidário.

"Considero o processo mais importante que os nomes. Neste aspecto há, também, duas visões distintas. Há quem seja contra ou a favor em função de um possível resultado e há os que acreditam na incorporação dessa prática para promover mudanças na vida do PSDB.

Por acreditar que o processo está acima dos nomes, convidarei o governador José Serra para viajarmos juntos em campanha de mobilização do partido no País. Estaremos juntos, embora muitos não acreditem e até torçam pelo contrário.

"Enfim, estou dizendo que vou para Barbacena, não para despistar, mas porque vou mesmo."

Em adendo, Aécio Neves esclarece: "Táncredo Neves não é meu tio-avô." Avô, consignado seja.

PSDB. Por um motivo simples: "Não o farei."

Escreve o governador: "A insistência com que tentam difundir a ideia de que possa vir a deixar a minha legenda, e a insistência com que venho negando essa possibilidade lembram o tradicional diálogo atribuído a políticos mineiros.

"Diz o primeiro: você vai para onde? Para Barbacena, responde o segundo. E o primeiro pensa: ele disse que vai para Barbacena para eu achar que ele vai para Lavras, mas ele vai é para Barbacena mesmo.

"Ou seja, no campo das divagações cabe tudo. Mas, no meu caso, a realidade é que nunca cogitei deixar o PSDB. Também nunca dei qualquer ultimato ao partido, especialmente no que diz respeito às prévias. Não defini prazos, o que não me caberia fazer, apenas sugeri a definição de critérios o mais rapidamente possível.

"Existem duas formas de

A colunista Dora Kramer estará em recesso no período do Carnaval. Seus textos voltarão a ser publicados na quinta-feira, 26 de fevereiro.

ANEXO 5 Edição do Jornal do Tocantins nº 4.529, p. 3

Jornal do Tocantins PALMAS, SÁBADO, 28 de fevereiro de 2009
 política@jornaldotocantins.com.br

POLÍTICA

DORA KRAMER

dkramer@estadao.com.br

Barbárie consentida

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, foi apenas mais um exemplo de barbárie devido ao peso do cargo. No conteúdo, suas declarações logo após o assassinato de quatro seguradoras de fazenda em Pernambuco seguiram a linha dos inúmeros alertas feitos a propósito da série de ilegalidades consentidas cometidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e denominadas "peões adjacentes".

O governo Luiz Inácio da Silva ignorou solenemente todos os avisos de que dia menos dia se veria na contingência de pagar o preço da leniência, seja pelo

Nessa altura, os únicos contizentes com a situação seriam os autos de um bom processo cobrando a responsabilidade do poder público por reiterada infração às leis em vigor no País.

Não fossem o Ministério Público, o Congresso Nacional e os partidos tão suaves diante da acinosa decisão do Executivo de dar aos sem-terra salvo-conduto para transgredir, o presidente do STF poderia falar "dentro" dos autos.

Não havendo processo, faz a sua parte assim mesmo e se manifesta contra agressões à propriedade privada, ao patrimônio público, à pesquisa científica, aos direitos e garantias individuais, às regras de convivência coletiva e, agora, à vida humana.

Comecaram invadindo terras improdutivas, em seguida invadiram as produtivas, prosperaram ocupando prédios públicos, destruindo laboratórios de pesquisa, promovendo a baderna nas dependências do Poder Legislativo, numa escalada de vandalismo cuja culminância foi o assassinato dos quatro segui-

ranças em Pernambuco. Em contrapartida já foram recebidos com honras de Estado no Palácio do Planalto, ganharam o controle do Inera, continuam a ser sustentados por verbas oficiais, tiveram o apoio do Ministério da Previdência Social para requerer aposentadoria rural e, façam quaisquer barbaridades, do governo federal ouvem no máximo reprimendas paternas.

Tudo em nome do "respeito" aos movimentos sociais, em flagrante desrespeito aos genuínos movimentos sociais. Todos resistentes, como os demais setores da sociedade, aos limites legais.

Desde o começo do governo, o presidente Lula fez uma clara opção: entre a lei e o MST, escolheu o lado dos sem-terra.

A matriz da tolerância revelou-se já no início do ano de 2003 quando o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, avisava que não cumpriria a medida provisória do governo anterior, proibindo repasses de verbas e excluindo do programa de reforma agrária

entidades e pessoas envolvidas em invasões. Para Rossetto aquela era a expressão do "autoritarismo de Estado" ao qual o PT não se associaria porque, de acordo com a nova concepção, qualquer legislação punitiva representava a criminalização dos movimentos sociais.

A falta de força política e de argumentos aceitáveis para derubar a lei - por meio de outra medida provisória, por exemplo - o governo escolheu simplesmente ignorá-la. E as outras instituições simplesmente aceitaram essa lógica de um grupo que chega ao poder e resolve unilateralmente cumprir ou descumprir a legislação de acordo com suas convicções.

Louvem-se as posições dos presidentes da Câmara e do Senado, que se manifestaram em acordo ao presidente do STF. Apropriada, também, a constatação do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, a respeito do destino reservado a homicidas, "a cadeia".

Agora, cumpre lembrar a

incoerência dos três que apoiaram um governo insensível ao princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei. O presidente do Senado, José Sarney, não faz coro às críticas palacianas ao comportamento do presidente do Supremo. Aponta que Gilmar Mendes defende o Estado de Direito e as liberdades públicas.

Fala do respeito aos direitos alheios, bem como o presidente da Câmara, Michel Temer, enxerga nas ações do MST violação constitucional. Esquecem, positivamente, de estabelecer a relação de causa e efeito entre o recrutamento gradativo da usadia dessas hordas e a indulgência com que são tratadas recebendo, por omissão, licença para invadir, destruir, barbarizar e agora também para matar.

Não caberia ao chefe da nação nem a ninguém além da Justiça a iniciativa ou o ato de punição. A condenação moral, contudo, baliza valores no presidencialismo forte do Brasil. Feito quase imperial na era Lula, na prática, quando o Poder Executivo cala o resto do governo.